

# Deixar os espíritos agirem *all* com liberdade, propõe emenda *p*

31 JUL 1987



A organização das instituições religiosas começa a ser mostrada na Constituinte, através do encaminhamento de emendas populares subscritas por milhões de fiéis. Além das 4 propostas apoiadas pela CNBB defendendo os interesses da Igreja Católica, e a apresentada por protestantes e judeus que querem o retorno do ensino religioso nas escolas de 1º e 2º graus, ontem chegou à Comissão de Sistematização uma emenda avalizada por 910 centros espíritas de todo País requerendo o direito constitucional do exercício e prática da mediunidade.

Referente ao capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, a emenda popular contendo quase 70 mil assinaturas propõe a liberação para a prática da mediunidade "com finalidades assistencial espiritual e recurso auxiliar no tratamento de enfermidades psíquicas, espirituais, e físicas, inclusive através de passes, desde que exercidas gratuitamente e sem constituir-se em causa de danos".

Até agora, apenas 9 emendas populares foram acatadas previamente por atenderem aos requisitos regimentais, mas outras 4 rejeitadas por não se adequarem às exigências, foram subscritas por constituintes e percorrerão o mesmo caminho das emendas de plenário. No início da próxima semana a Comissão de Sistematização deverá marcar sessões extraordinárias para a apreciação das 9 propostas que

ainda não tiveram o parecer prévio dos membros da Comissão, para que possam seguir ao plenário da Constituinte.

## PLENARIO

De acordo com o levantamento que vem sendo efetuado por uma equipe de técnicos da Secretaria Geral da Mesa da Constituinte, o artigo 12 do projeto constitucional continua sendo o mais emendado pelos constituintes, através das emendas de plenário que ontem atingiram a casa de 1.518 sugestões. Pelo pouco movimento de chegada destas emendas de plenário, vai se confirmando a tese de que "brasileiro deixa para fazer tudo na última hora". A própria coordenadora da seção, Regina Mariz, confirma que o pi-que acontecerá mesmo no dia 13 de agosto, quando vence o prazo regimental para apresentação das emendas de plenário. "Aí, vai ser um Deus nos acuda", lamenta, prevendo o grande acúmulo de trabalho.

Conceito de empresa nacional, estabilidade no emprego, a igualdade entre o homem e a mulher, e a destinação do excesso de lucros para a criação de um fundo de erradicação da pobreza absoluta também são os temas que têm merecido o maior número de emendas. Questões como duração do mandato presidencial, sistema de governo, anistia e reforma agrária, foram aparentemente esquecidas pelos parlamentares, pelo menos no que diz respeito a emendas.